



Corpo Nacional de Escutas

ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS
CONSELHO FISCAL E JURISDICIONAL NACIONAL

R. D. Luís I, 34 - 1200-152 LISBOA - PORTUGAL

TEL: 218 427 020 FAX: 218 427 039

Atos Oficiais

Parecer n.º 07 /2020

Presidentes dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais Regionais
face aos Estatutos do CNE

1. Objeto do Parecer

O Chefe Nacional solicitou parecer sobre o facto dos novos Estatutos do CNE que entraram recentemente em vigor preverem que os titulares do cargo de Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional não podem exercer qualquer outro cargo no CNE e não ter sido estabelecido um período transitório para a sua aplicação, pelo que se suscita a questão de saber se podem acumular tais cargos.

2. Parecer

2.1. Competência para emissão de parecer

De acordo com o disposto nos artigos 27º, alínea d) do ECNE e 39º, nº1, alínea d) do RGCNE compete ao Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional elaborar pareceres sobre questões de âmbito estatutário e regulamentar.

Assim, este órgão é o competente para a emissão do parecer solicitado.

2.2. Resposta às questões formuladas / Conclusões

O artigo 45º, nº1 dos Estatutos do CNE dispõe que os presidentes dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais Regionais não podem exercer qualquer outro cargo na associação.

Esta norma estabeleceu uma incompatibilidade relativa à acumulação de cargos que não existia antes da entrada em vigor da nova versão dos Estatutos do CNE. Ao contrário do que foi estabelecido para a limitação de mandatos (artigo 52º dos Estatutos do CNE) não foi estabelecido qualquer período transitório.

A consagração de normas transitórias visa acautelar as alterações dos regimes normativos e salvaguarda de direitos, o que não sucedeu na vertente situação. Face à ausência deste tipo de norma qual a conclusão a retirar neste caso?

Para analisarmos a questão de um ponto de vista prático, passaremos a analisar as situações mais frequentes de incompatibilidade que se verificam, ou seja, a acumulação de cargos nos agrupamentos com o cargo de presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional.

O artigo 11º do Regulamento Geral do CNE estabelece uma distinção clara entre o exercício de cargos eletivos e por nomeação, definindo ainda um regime diverso para a sua cessação.

As causas mais comuns para a cessação do exercício de funções de um cargo electivo são o termo do mandato ou a renúncia (artigo 11º, nº 4 do RGCNE).

Por sua vez, a cessação de funções de um cargo por nomeação tem um cariz mais amplo, dependendo muito da avaliação do órgão que efetuou a nomeação, cfr artigo 11º, nº9 do RGCNE.

Nos termos do artigo 56º, nº4 do RGCNE compete ao Chefe de Agrupamento nomear e exonerar os membros da direção de agrupamento, pelo que no Agrupamento compete ao Chefe de Agrupamento exonerar do cargo o dirigente que se encontre numa situação de incompatibilidade, ouvindo previamente este, uma vez que o dirigente pode optar por renunciar ao cargo de Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional (11º, nº9, alínea c) do RGCNE).

Como evolva do artigo 11º, nºs 5 e 9 do RGCNE as nomeações têm um carácter mais precário do que os cargos exercidos por via eletiva.

Em princípio, as nomeações são por 3 anos, mas podem cessar antes por iniciativa do órgão que fez a nomeação.

Por esta razão, não é possível sustentar que exista um direito à manutenção no cargo.

Questão diversa surge relativamente aos cargos eletivos. Se alguém foi eleito simultaneamente para o cargo de Chefe de Agrupamento e Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional, o artigo 11º, nº2 do RGCNE estabelece que os mandatos de todos os cargos e órgãos eletivos de dirigentes têm uma duração de três anos.

Aliás, norma idêntica consta igualmente no artigo 44º, nº 1 dos Estatutos do CNE. Por sua vez, as causas de cessação do mandato são muito restritas (artigo 11º, nº4 do RGCNE).

Os cargos eletivos correspondem a uma vontade expressa pelos eleitores, obtida no âmbito de um processo eleitoral.

Quem é eleito não se representa a si próprio. Se efetuarmos uma análise integrada de todo o Regulamento Geral do CNE verificamos que existe uma tendência para a estabilidade dos cargos eletivos e a sua permanência em funções até serem substituídos. A estabilidade no exercício do poder é consagrada em várias normas dos Estatutos e Regulamento Geral do CNE, designadamente na norma transitória de limitação de mandatos.

Assim sendo, entendemos que há que efetuar uma distinção entre a acumulação entre cargos eletivos e não eletivos.

No que diz respeito aos cargos eletivos, a acumulação poderá continuar transitoriamente até cessar um dos mandatos.

No que concerne aos cargos não eletivos, entendemos que a acumulação deverá cessar e ser já refletida nos próximos censos.

Face aos Estatutos em vigor, podemos concluir que a situação dos Presidentes dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais Regionais em nada difere da situação dos Chefes Regionais.

Os dirigentes que são eleitos para o cargo de Chefe Regional são transferidos do nível inferior em que se encontrem (local ou de núcleo), para o nível regional, com efeitos à data da tomada de posse, cessando automaticamente o desempenho de outros cargos, deixando de integrar o efetivo do nível local / núcleo.

Por analogia, esta situação deverá aplicar-se aos dirigentes que de futuro sejam eleitos e tomem posse como presidentes de um Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional.

Lisboa, Sede Nacional, 18 de outubro de 2020

O Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional

António Joaquim Fernandes Cerqueira (Presidente)
António Manuel Ferreira Ventinhas (Vice-Presidente)
Silvério Cabrita Silva da Conceição (Secretário)
José Joaquim Monteiro Ramos (Vogal)
Joana Vasconcelos Teixeira (Vogal)

